

SUMÁRIO

Prefácio	13
Introdução	21
Da apresentação do tema	21
Da delimitação do objeto de estudo	22
Do objetivo	23
Da metodologia	23
Da seqüência da exposição	26

CAPÍTULO 1

Do direito e da pós-modernidade, 27

1.1. Do Conceito de Direito	28
1.1.1. Do Direito Positivo Tributário	29
1.1.2. Da Ciência do Direito Tributário	30
1.2. Da Pós-Modernidade	31
1.2.1. Da Função da Ciência do Direito na Pós-Modernidade	35
1.3. Da Noção de Conflito	36
1.3.1. Das Formas de Solução de Conflitos	38
1.4. Das Fases do Direito Tributário	40
1.4.1. Da Fase Impositiva	40
1.4.2. Da Fase Legalista	42
1.4.3. Da Fase Participativa	44
1.5. Do Direito Positivo Tributário Brasileiro	46
1.6. Da Transação e da Arbitragem	47

CAPÍTULO 2

Dos princípios constitucionais, 51

2.1. Do Conceito de Princípio	52
2.2. Dos Princípios Constitucionais	57
2.2.1. Do Princípio da Universalidade da Jurisdição	57
2.2.2. Dos Princípios Constitucionais da Administração Pública	62
2.2.3. Do Princípio da Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público	63
2.2.3.1. Do Conceito de Interesse Público	68
2.2.3.2. Do Interesse Público Primário	72
2.2.3.3. Do Interesse Público Secundário	73
2.2.3.4. Do Interesse Público Secundário e do Direito Tributário Participativo	74
2.2.3.5. Do Interesse Público Primário e da Indisponibilidade de Bens e Direitos	77
2.2.3.6. Do Interesse Público Secundário e da Disponibilidade de Bens e Direitos	77
2.2.4. Do Princípio da Legalidade	79
2.2.5. Do Princípio da Eficiência	81
2.2.6. Do Princípio da Autotutela	85
2.2.7. Do Princípio da Impessoalidade	86
2.2.8. Do Princípio da Moralidade Administrativa	88
2.2.9. Do Princípio da Publicidade	91
2.2.10. Do Princípio da Motivação	93
2.2.11. Dos Princípios Constitucionais Tributários	94
2.2.12. Do Princípio da Estrita Legalidade	94
2.2.13. Do Princípio da Vinculabilidade da Tributação ...	96

CAPÍTULO 3

Da obrigação, 101

3.1. Do Conceito	102
3.2. Da Obrigação Tributária	105
3.2.1. Do Conceito	105
3.2.1.1. Da Norma Individual e Concreta	111
3.2.1.2. Norma Geral e Concreta	113
3.2.2. Dos Elementos	114
3.2.3. Do Nascimento	115
3.2.4. Do Crédito Tributário	118
3.2.5. Do Lançamento	120
3.2.6. Das Formas de Extinção	122
3.2.7. Da Natureza da Obrigação Tributária como Bem Público	124
3.2.7.1. Do Bem Público	126
3.2.7.2. Do Direito Disponível	133
3.2.7.3. Da Obrigação Tributária como Direito Disponível	137
3.3. Da Jurisprudência	139

CAPÍTULO 4

Da transação, 147

4.1. Do Conceito e da Natureza Jurídica	148
4.2. Do Objeto	160
4.3. Da Capacidade	163
4.4. Das Modalidades	164

4.5. Das Formas	166
4.6. Dos Efeitos	166
4.7. Da Transação Penal	169
4.8. Da Transação da Obrigação Tributária	169
4.8.1. Do Conceito	170
4.8.2. Da Extinção do Crédito Tributário: Conseqüência da Norma de Transação	178
4.8.3. Da Extinção do Litígio: Objetivo da Norma de Transação	180
4.8.4. Do Regime Jurídico	182
4.8.5. Da Norma Geral e Abstrata de Transação	185
4.8.6. Da Transação Penal Tributária	192
4.8.7. Do Objeto da Transação Tributária e da Discricionariedade no Processo de Positivção do Direito	194

CAPÍTULO 5

Da arbitragem, 201

5.1. Do Conceito e da Natureza Jurídica	202
5.2. Do Objeto	209
5.3. Da Capacidade	212
5.4. Das Modalidades	215
5.5. Das Formas	216
5.6. Dos Efeitos	217
5.7. Da Arbitragem no Direito Administrativo	219
5.8. Da Arbitragem da Obrigação Tributária	223
5.8.1. Da Arbitragem Tributária Administrativa	228
5.8.2. Da Norma Geral e Abstrata de Arbitragem	230

5.9. Da Comparação dos Institutos: Arbitragem x Transação	236
--	-----

CAPÍTULO 6

Do direito comparado, 241

6.1. Das Considerações Iniciais	242
6.2. França	243
6.2.1. Das Transações	244
6.2.2. Das Transações Tributárias	245
6.3. Itália	251
6.3.1. <i>Accertamento con adesione</i>	256
6.3.2. <i>Aquiescenza</i>	259
6.3.3. <i>Conciliazione Giudiziale</i>	260
6.3.4. <i>Planificazione Fiscale Concordata</i>	264
6.4. Espanha	266
6.4.1. <i>Actas con acuerdo</i>	267
6.4.2. <i>Actas de conformidad</i>	269
6.5. Estados Unidos	272
6.5.1. <i>Closing Agreement</i>	273
6.5.2. <i>Offer in Compromise</i>	275
6.5.3. <i>Alternative Dispute Resolution Procedures</i>	278
Conclusão	283
Bibliografia	291
Anexo A	307
Notificação: <i>Relata di Notifica</i>	307
Ato de Adesão: <i>Atto di Adesione</i>	309
Prediz-se	309

Elementos e motivações	309
Propõe	310
Determinações dos impostos sobre renda de pessoas jurídicas	312
Cálculo do imposto sobre rendas das pessoas jurídicas	312
Determinação de imposto sobre as rendas	313
Sanções	313
Resumo contábil	313
<i>Determinazione dell'imposta sul reddito delle persone giuridiche</i>	317
<i>Calcolo dell'imposta sul reddito delle persone giuridiche</i>	318
<i>Determinazione dell'imposta locale sui redditi</i>	318
<i>Sanzioni</i>	318
<i>Riepilogo Contabile</i>	319
Conciliação Judicial: <i>Conciliazione Giudiziale</i>	320
Somas devidas	322
Somas depositadas	322
<i>Somme Dovute</i>	324
<i>Somme da Versare</i>	324
Anexo B	325
LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA: Normas sobre Transação	325
Direito Italiano	325
Direito Espanhol	340
Direito Francês	345
<i>Code général des impôts, art. 1653 A ets.</i>	348
<i>Livre des procédures fiscales</i>	350
Estados Unidos	370

Anexo C	377
França	380
Espanha	399